



Informação correta para um novo GHC

Em relação ao documento de chamamento do ato público realizado em 4 de junho, assinado pelo denominado Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores e Usuários do GHC, a diretoria do Grupo Hospitalar Conceição esclarece aos funcionários da instituição sobre as questões levantadas.

PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimentos (PI) do Grupo Hospitalar Conceição, experiência inédita no país, alcançou em 2003 um resultado altamente satisfatório: 81,2% de itens adquiridos nos mais de 1.000 priorizados pelos trabalhadores. A eleição que escolheu 411 representantes dos funcionários alcançou 62% de participação dos trabalhadores. O processo constituiu-se num marco histórico na instituição. A compra de equipamentos como duas hemolentas para a UTI do Conceição, um videolaparoscópio para o Criança, uma autoclave para o Cristo Redentor e uma máquina de lavar e uma incubadora de transporte para o Fêmeina, entre outros itens, mostram que os representantes dos trabalhadores conhecem a realidade dos hospitais e são capazes de definir as prioridades de aquisição.

A subestação do HNSC e do HCR e a caldeira do HNSC são investimentos prioritários para a diretoria do GHC. O primeiro projeto representa quase R\$ 5 milhões e o segundo, R\$ 2 milhões, com empresa especializada sendo contratada para a sua realização.

CONVENÇÃO COLETIVA

A diretoria tem manifestado ao longo da atual gestão profundo respeito pelas entidades representativas dos trabalhadores. A convenção coletiva de 2004 foi acordada entre representação patronal e dos trabalhadores, e o GHC irá cumpri-la integralmente, concedendo o índice 6,62% aos funcionários filiados ao Sindisaúde e mantendo as cláusulas sociais, desmentindo assim afirmações sobre precarização das relações de trabalho.

SINDICÂNCIA NO ALMOXARIFADO

A sindicância sobre irregularidades no almoxarifado do Hospital Conceição teve como foco a entrada e saída em julho de 2003 de sete tipos de medicamentos de elevado valor de mercado. Ficou comprovada fraude no sistema eletrônico de requisições, com desaparecimento de 3.500 unidades de medicamentos, nos meses de agosto e setembro de 2003, causando prejuízo de cerca de R\$ 140 mil. Especialmente pela limitação de meios investigativos de parte da comissão de sindicância não foi possível apontar a autoria da fraude. Em razão disso, o relatório foi enviado à Polícia Federal, que instaurou inquérito para apurar o fato, encontrando-se em fase final.

AÇÕES JUDICIAIS

É de conhecimento geral que o grande volume de ações judiciais é um grave problema no GHC, onerando em muito o seu orçamento. Uma diretoria responsável tem a obrigação de trazer a público essa situação e abrir debate sobre o tema, pois os recursos de que estamos tratando são públicos e destinados à saúde de toda a população. A diretoria está em tratativa com as entidades representativas dos trabalhadores, visando uma solução negociada para questões trabalhistas. A administração não pretende suprimir direitos dos trabalhadores mas, ao contrário, encaminhar correção para distorções do passado. Um bom exemplo é a recente concessão de 15% de incorporação para 807 funcionários, uma distorção histórica que prejudicava estes profissionais que ingressaram a partir de novembro de 1999 com salário menor do que a remuneração da categoria. A medida representa R\$ 305 mil mensais na folha de pagamento da instituição.

NATUREZA JURÍDICA

A diretoria do GHC estudou a natureza jurídica do Grupo e constatou que o atual modelo é perverso e penaliza a instituição ao pagamento de impostos e tributos, além de sacrificar a assistência à saúde. As atividades consideradas pela Constituição como de Estado, tais como saúde e educação, devem ter um atendimento prioritário dentro do contexto jurídico nacional. Nesse sentido, instituições como o GHC devem seguir regras da administração pública e não as de mercado como atualmente ocorre. Por isso, a autarquia seria uma alternativa ao modelo de sociedade de economia mista e empresarial que temos hoje. Esse estudo foi debatido em conjunto com os todos os trabalhadores do GHC, sendo que, no projeto, foi incorporada uma série de medidas por iniciativa dos funcionários. A proposta encontra-se em análise na Casa Civil da Presidência da República.

REDIMENSIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Entre os objetivos na assistência está o de tornar o Hospital Fêmeina o maior centro de atenção à saúde da mulher do Estado, por meio da expansão do atendimento ginecológico. O processo, feito em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, é gradual, orientado pela qualidade assistencial, pela transferência de tecnologia e, principalmente, pela discussão entre todos os envolvidos, antes da sua implantação. O projeto prevê reforços nas áreas de cirurgia geral, urologia, proctologia, oncologia, cirurgia vascular e cuidados a pacientes instáveis. Com essa rearticulação, será possível abrir 44 leitos no Conceição em áreas estranguladas, possibilitando o atendimento de cirurgias com grandes filas de espera, por exemplo. A atenção na área de obstetrícia será mantida no Conceição, sendo esta maternidade responsável pela Zona Norte e Região Metropolitana, incluindo também a emergência ginecológica, atendida em regime de plantão.

Em relação à Saúde Comunitária, a diretoria do GHC entende que é necessário integrar o Serviço à política do município. Através dessa parceria, serão contratados mais profissionais, como novos agentes comunitários de saúde, ampliando e qualificando o atendimento da população dessa região. Também foi destinada para o SSC a maioria das vagas da Residência Multiprofissional do GHC.

Quanto à relação funcionário-paciente, a diretoria informa que o objetivo é ampliar o quadro de funcionários na atenção direta às pessoas, o que já vem ocorrendo, visto que foram realizados concursos e chamados 321 trabalhadores nesta gestão. No entanto, o quadro é limitado e tem uma diminuição de disponibilidade de trabalhadores, principalmente em razão de funcionários afastados, o que demonstra a necessidade de qualificar a assistência à saúde do trabalhador, para evitar que adoecem.

CONTRATAÇÃO DE ASSESSORES

A contratação de funcionários para cargos em comissão é perfeitamente legal, não havendo nenhuma ilegalidade nesse fato. Os assessores foram contratados dentro dos limites legais, pelo estatuto e pelo Conselho de Administração do GHC. Em todas as instituições públicas, não é necessária a realização de concurso público para contratação de cargos de confiança, por ser um cargo provisório que não integra o corpo permanente dos funcionários e somente poderá exercer funções de chefia, gerência, assessoramento e direção dos órgãos públicos.

DEMISSÃO IMOTIVADA

Ocorreram 58 desligamentos no GHC durante o mês de maio, nas mais diversas formas. Entre aposentados, 25 concordaram com a demissão e três foram demitidos pelas chefias. Entre os não-aposentados, 15 pediram para ser demitidos e cinco foram demitidos pelas chefias. As outras situações foram seis funcionários que pediram demissão (sem direito a receber os 40% sobre o FGTS), uma justa causa por abandono de emprego, um falecimento e dois términos de contrato de experiência. A história recente das demissões no GHC desmente as afirmações de desligamentos em massa ou intenção de demitir mais 700 trabalhadores. Em 2000, foram 383 demissões, em 2001, foram 478 e, em 2002, foram 410. No ano passado, primeiro da atual gestão, foram 219 demissões e, até abril deste ano, 107.

VANDALISMO NOS RELÓGIOS-PONTO



No detalhe, sensor digital foi propositalmente riscado, impossibilitando o registro do ponto



Quatro sensores digitais dos relógios-ponto do recém implantado sistema de registro de frequência foram danificados no GHC, sendo três deles em 6 de junho, em torno das 14h, na capela, na diretoria e na passarela do Conceição, e o quarto no Cristo Redentor. O ato de vandalismo já foi denunciado à polícia e os suspeitos estão sendo investigados. Além do prejuízo aos cofres públicos, pois os sensores custam R\$ 3.715 cada, a ocorrência causou danos, com atrasos e filas, aos funcionários que registram corretamente sua frequência pela nova sistemática. Pedimos a colaboração de todos no sentido de denunciar qualquer irregularidade que prejudique o funcionamento dos relógios digitais.

SINDICATOS

Os sindicatos dos assistentes sociais, dos farmacêuticos e dos engenheiros, em ofício endereçado à diretoria do GHC e ao Sindisaúde, manifestaram que não participaram da elaboração do documento de chamamento do ato público.